

A emenda da Quaresma

DAVID FLEISCHER
Professor da UnB

Em sua bagagem para a viagem ao Marrocos e à Espanha, o ministro Leitão de Abreu levou seus "deveres de casa", para serem "passados a limpo" a tempo para o ensaio geral final, na reunião das nove, amanhã. Os jornais ainda especulavam que o Ministro tinha ido mais para zelar para que seus "rivals palacianos" não "fizessem a cabeça" do presidente longe de Brasília. Este tiro saiu pela culatra, pois foi o próprio Presidente (através do deputado Alcides Francisco) que acabou "fazendo a cabeça" de muitos deputados e senadores do PDS em favor da emenda Dante de Oliveira. Até parece que os ares africanos fazem bem ao espírito democrático do presidente Figueiredo.

No seu desembarque, o Presidente encontra um País diferente do que deixou há sete dias. A cadência dos comícios pró-diretas aumentou muito na rota Rio-Goiânia-Porto Alegre. O vice-presidente Aureliano Chaves concedeu uma entrevista coletiva com muita naturalidade, e se posicionou claramente em favor das diretas e contra qualquer constrangimento do Poder Legislativo. Até o general Geisel fez seu mea culpa, arrendeu-se dos casuísmos do passado e apontou as diretas, já como a única saída válida do impasse institucional.

Mas, "que País é esse", onde o Presidente sempre que viaja para o exterior dá um "cascudo" nos seus fiéis seguidores do partido do governo? Foi esse governo que, justamente cinco anos atrás, conseguiu arrancar as bandeiras da abertura política das mãos de uma oposição atônita, para, depois, dividi-la, e, logo em seguida, reunificá-la para que venha em 1984, junto com uma parcela crescente do PDS arrancar da mão do próprio presidente Figueiredo a bandeirada final da abertura.

Na melhor das hipóteses a emenda que o governo quer propor para fazer combate à emenda Dante de Oliveira será divulgada na próxima terça-feira, alcançando uma divulgação maior nos jornais do dia seguinte. Aparentemente, esta iniciativa padece de antemão de dois aspectos fatais - do seu timing político e do seu conteúdo (ou melhor, da falta de conteúdo).

TIMING

Na escolha do dia para votar a emenda Dante de Oliveira, o PMDB pressionava para o dia 11 de abril, sabidamente durante a viagem do Presidente. Mas a contraproposta do PDS acabou sendo aceita pelos partidos de oposição, e a data marcada foi o 25 de abril, após o recesso parlamentar da Semana Santa, pois o deputado Nelson Marchezan pensava que, assim, a emenda do governo (que seria apresentada logo) teria um prazo maior para esvaziar as diretas, já, especialmente entre o grupo Pró-Diretas do PDS.

Acontece que os conflitos intrapalacianos foram de tal ordem que a emenda do governo será enviada ao Congresso na véspera do Recesso Santo, quando muitos parlamentares teriam viajado para seus Estados de origem no Domingo de Ramos, ou

seja, a emenda cairá no vazio de uma semana "enforcada" em Brasília.

Muito pior do que isto, os deputados e senadores teriam passado uma semana junto às suas bases municipais, que, nesta primeira quinzena de abril, têm bombardeado seus parlamentares com telegramas e telefonemas pró-diretas. Com o ritmo febril dos comícios no seu auge final, estes parlamentares voltarão a Brasília nos dias 23 e 24 de abril muito mais assustados do que quando voltaram do recesso carnavalesco, há 40 dias. Com suas bases municipais quase 90% em favor das diretas, já, num tom muito ameaçador, estes parlamentares estarão muito mais preocupados com as sucessões de 1986 (nos seus Estados) do que com a sucessão de 1984/85. Em outras palavras, a marcha de prefeitos e vereadores sobre Brasília se torna até desnecessária, pois, durante a Semana Santa, a maioria dos parlamentares irá até estas bases, e aí do representante do povo que fizer um retiro espiritual em Brasília, fugindo destes contatos com as bases.

CONTEÚDO

Se os rumores quanto ao conteúdo da emenda do governo forem confirmados, com apenas dois itens, eleições diretas em 1989 em dois turnos e eleições para prefeito em alguns municípios de segurança nacional e estâncias hidrominerais, além de muito tardio, seria muito pouco.

A única maneira, a esta altura, de o governo conseguir desequilibrar a votação das diretas, já seria de jogar muito mais fichas na mesa das negociações: redução do mandato para 4 anos; reestruturação do colégio eleitoral; fim do decurso de prazo e dos decretos-leis; aumentar a competência do Poder Legislativo nas áreas de orçamento, tributação e fiscalização; abrir a fidelidade partidária; revogar a Lei Falcão; reformar as Leis de Imprensa e de Segurança Nacional, por exemplo — ou seja, uma minirreforma constitucional, em cujo anteprojeto eminentes juristas colaboraram.

Tanto os moderados do PDS e das oposições, como assessores mais sensatos do Planalto reconhecem que a eleição direta, já, para a Presidência da República em 1984 não é uma panacéia milagrosa que, por si só, poderá sanar todos os problemas do País. Mais do que isto, a Nação necessita uma nova ordem institucional para que, em 1985, o novo governo possa enfrentar estes desafios com maior respaldo e apoio, popular e parlamentar.

DIRETAS

Num sistema pluripartidário, a idéia de uma eleição direta em dois turnos busca finalizar a eleição presidencial com um vencedor obtendo uma maioria absoluta, caso não a alcance no primeiro turno. Na segunda consulta ao eleitorado, o leque político fecha-se em torno dos dois candidatos mais votados, através de duas grandes coligações. Esta tática foi usada por Charles de Gaulle e seus sucessores para promover a união do centro e da

direita contra o tradicional candidato das esquerdas — François Mitterrand. Porém, em 1981, este candidato socialista conseguiu a união do centro com as esquerdas para derrotar os gaulistas. Nas próximas semanas, os eleitores dos únicos países latino-americanos que usam este sistema irão às urnas num segundo turno - Equador e El Salvador.

Das quatro eleições presidenciais realizadas no Brasil no período pós-1945, apenas o marechal Eurico Dutra alcançou a maioria absoluta. Se a tese udenista tivesse vigorado (maioria absoluta, implicando num segundo turno), como teriam sido as outras três eleições? Em 1950, mesmo "cristianizado", o PSD teria apoiado o ex-presidente Getúlio Vargas no segundo turno? Provavelmente, sim. Em 1955, provavelmente Adhemar de Barros teria apoiado JK contra a candidatura de Juarez Távora da UDN, em troca de uma coligação no poder, e apoio de JK ao ex-governador paulista em 1960. Nesta última eleição direta, com certeza este candidato do PSP não teria apoiado a coligação janista contra o marechal Lott num segundo turno.

No ano passado, o pleito argentino estava organizado para ter um segundo turno indireto, caso nenhum candidato houvesse alcançado a maioria absoluta. Para surpresa de todos, não foi necessário, pois a UCR do Alfonsín, ganhou 52% no primeiro e único turno. Este segundo turno indireto argentino teria sido realizado por um colégio eleitoral eleito simultaneamente no mesmo pleito, estritamente proporcional à distribuição geográfica do eleitorado.

INDIRETA

Os delegados à assembleia constituinte de Filadélfia, em 1789, em sua maioria eram das classes produtoras rurais e da burguesia comercial/financeira urbana. Prevenindo a gradual emancipação política das massas e a possibilidade da sedução desta maioria volátil por algum candidato presidencial demagógico, estes sábios delegados instituíram o mecanismo de um colégio eleitoral para pro teger "seus negócios".

Deixando as complexidades políticas do sistema eleitoral americano de lado, seu colégio eleitoral aproxima-se muito do modelo argentino, no sentido de que é eleito simultaneamente com a eleição popular direta, tem a proporcionalidade geográfica e se reúne apenas 30 dias após a eleição direta. O colégio eleitoral brasileiro (tanto o sistema atual, como o proposto pelo governo) não preenche nenhum destes três critérios.

E quanto à lamúria do PDS de que teria conquistado, nas urnas, em novembro de 1982, o direito de eleger o próximo presidente no colégio eleitoral de janeiro de 1985. Fora todos os casuísmos de 1981 e 1982, Lei Falcão etc, basta lembrar o direito de eleger por via de colégios eleitorais os governadores de seis Estados em 1978, conquistado nas urnas de 1974 pelo MDB, que foi bruscamente cancelado pelo pacote de abril em 1977.